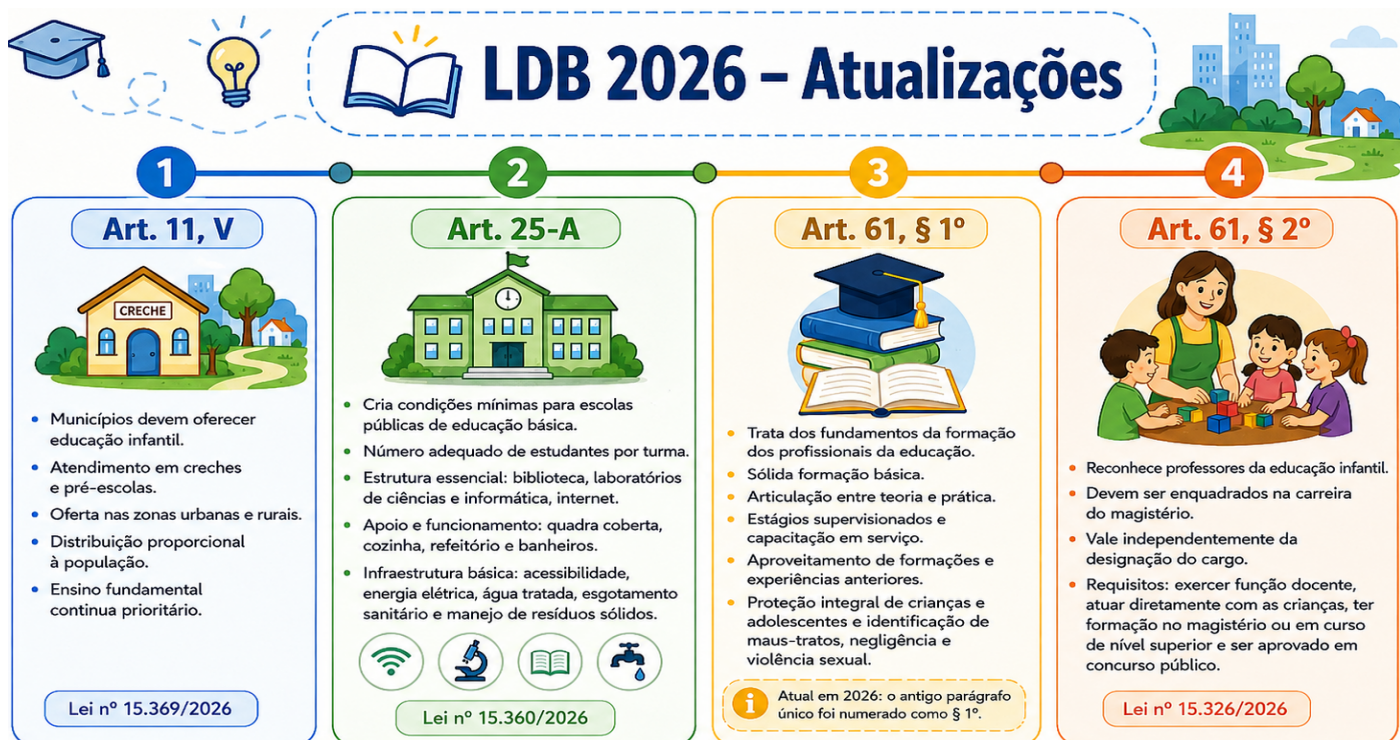


Maratona de atualizações 2026





(AMEOSC - 2026 - Prefeitura de Tunápolis - SC - Professor de Educação Infantil)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece princípios que orientam a organização da educação nacional em todas as etapas da educação básica, assegurando direitos relacionados ao acesso, à permanência e à qualidade do ensino.

01. Considerando essas disposições, assinale a alternativa CORRETA:

A. A educação nacional deve estruturar propostas pedagógicas voltadas à integração entre sistemas de avaliação, acompanhamento institucional e organização curricular, priorizando metas educacionais estabelecidas pelos órgãos administrativos.

B. A educação deve ser organizada com base em princípios relacionados à igualdade de condições de acesso e permanência na escola, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, valorização dos profissionais da educação e gestão democrática

C. O sistema educacional deve desenvolver mecanismos de gestão articulados ao

planejamento técnico das instituições escolares, promovendo participação da comunidade conforme critérios definidos pelas instâncias responsáveis pela administração educacional.

D. A organização da educação deve orientar práticas pedagógicas associadas ao desempenho acadêmico e à uniformização curricular, buscando maior alinhamento entre resultados educacionais e diretrizes institucionais dos sistemas de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao disciplinar as condições de funcionamento das escolas públicas de educação básica, passou a estabelecer deveres específicos relacionados à composição das turmas e à infraestrutura escolar.

02. Considerando o disposto no art. 25-A da LDB, assinale a alternativa CORRETA:

A. A adequação da infraestrutura escolar deve observar as características de cada etapa e modalidade da educação básica, cabendo aos sistemas de ensino definir, conforme suas prioridades administrativas,

quais equipamentos pedagógicos e serviços essenciais serão exigidos em cada unidade.

B. O dever do poder público abrange a garantia de número adequado de educandos por turma e de condições de infraestrutura que envolvem espaços pedagógicos, recursos tecnológicos, instalações esportivas, acessibilidade e serviços essenciais de saneamento e abastecimento, respeitadas as especificidades de cada etapa e modalidade.

C. A exigência de infraestrutura adequada alcança os espaços destinados às atividades pedagógicas, tecnológicas e esportivas, enquanto as condições de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos permanecem disciplinadas pelas normas gerais aplicáveis aos serviços públicos urbanos.

D. O art. 25-A estabelece um padrão estrutural comum para as escolas públicas de educação básica, admitindo adaptações relacionadas às etapas e modalidades quanto à organização pedagógica, sem alteração dos elementos materiais e funcionais previstos para as unidades escolares.

(LEGALLE Concursos - 2026 - Prefeitura de Dona Emma - SC - Professor)

Durante uma reunião pedagógica, um Professor afirma que sua função se restringe à transmissão dos conteúdos previstos no currículo, independentemente das experiências, da realidade social ou das formas de compreensão dos alunos.

03. A luz dos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e das teorias pedagógicas contemporâneas sobre o processo de ensino-aprendizagem, essa postura:

A. Valoriza a autonomia dos educandos ao priorizar a sistematização estritamente objetiva dos conteúdos.

B. Caracteriza uma concepção tradicional e mecânica de educação, ao desconsiderar a experiência extraescolar e a vinculação entre o ensino e as práticas sociais.

C. Expressa uma compreensão crítica do ensino, ao assegurar a centralidade dos conteúdos escolares isolados do contexto social

dos estudantes.

D. Revela uma prática alinhada à problematização da realidade, promovendo a conscientização e a cidadania dos sujeitos envolvidos.

Ao analisar a repartição de responsabilidades educacionais entre os entes federativos, um município decide reorganizar sua política de oferta educacional, considerando a distribuição territorial de sua população e a possibilidade de ampliação de sua atuação para outras etapas e níveis de ensino.

04. À luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assinale a alternativa CORRETA:

A. O município deve assegurar a oferta da educação infantil em creches e pré-escolas nas zonas urbanas e rurais, observada a distribuição populacional, e atuar prioritariamente no ensino fundamental, podendo ampliar sua atuação para outros níveis quando estiverem plenamente atendidas as necessidades de sua área de competência e houver aplicação de recursos acima dos percentuais mínimos constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

B. A atuação municipal deve concentrar-se na educação infantil e no ensino fundamental, sendo a expansão para outros níveis condicionada ao atendimento satisfatório da demanda local e à autorização do respectivo sistema estadual de ensino.

C. A oferta da educação infantil deve considerar a distribuição populacional entre zonas urbanas e rurais, enquanto a prioridade municipal no ensino fundamental pode ser flexibilizada quando houver demanda social relevante por outros níveis de ensino.

D. O município poderá atuar em outros níveis de ensino quando demonstrar disponibilidade financeira, ainda que persistam necessidades não atendidas na educação infantil ou no ensino fundamental, desde que mantenha a aplicação dos percentuais mínimos constitucionais destinados à educação.

(ACCESS - 2026 - Prefeitura de Promissão - SP - Auxiliar de Desenvolvimento Infantil)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) rege a organização da educação básica no Brasil, sendo uma das etapas a educação infantil.

Sobre essa organização, analise as assertivas.

I. A educação básica é estruturada com a finalidade de promover o desenvolvimento integral do educando, considerando dimensões cognitivas, sociais, afetivas e culturais.

II. A educação infantil configura-se como a etapa inicial da educação básica, constituindo a base para os processos de escolarização posteriores.

III. A avaliação do processo de ensino e aprendizagem deve fundamentar-se em indicadores quantitativos relacionados ao desempenho apresentado pelos estudantes.

IV. A gestão democrática é reconhecida como um dos princípios que orientam a organização e o funcionamento do ensino público no sistema educacional.

05. É CORRETO o que se afirma em:

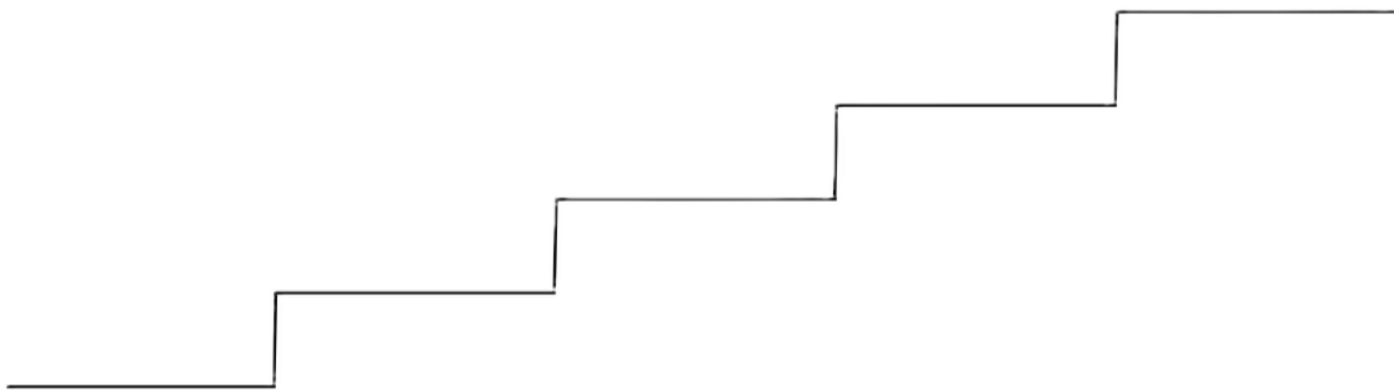
A. Apenas I, II e IV.

B. Apenas II e III.

C. Apenas III e IV.

D. Apenas I e III.

14/07 - PNE - WILLIAM DORNELA



01. Considerando os objetivos gerais da educação nacional estabelecidos no PNE 2026/2036, assinale a alternativa CORRETA:

A. A universalização do atendimento escolar, no âmbito do PNE, relaciona-se prioritariamente à expansão do ensino fundamental obrigatório, cuja consolidação constitui eixo suficiente para a redução das desigualdades educacionais.

B. A melhoria da qualidade da educação, embora vinculada ao desempenho dos estudantes, deve ser compreendida como resultado da elevação dos indicadores de aprendizagem, com centralidade na avaliação externa e na responsabilização dos sistemas de ensino.

C. A democratização do acesso e da permanência, no PNE, projeta-se sobre a educação básica, articulando-se à ampliação da oferta pública, à correção das desigualdades e à redução da evasão, sem configurar objetivo estruturante para a educação superior.

D. A garantia do direito à educação, nos termos do PNE, compreende a ampliação das oportunidades educacionais em todos os níveis, etapas e modalidades, associada à permanência, à inclusão, à equidade e à observância de padrão de qualidade.

E. A valorização dos profissionais da educação, como objetivo do PNE, expressa-se principalmente na qualificação pedagógica continuada, sendo tratada como elemento formativo desvinculado da organização das carreiras, da remuneração e das condições institucionais de trabalho.

02. Considerando as estratégias previstas no PNE 2026/2036 para a educação infantil, assinale a alternativa CORRETA:

A. A busca ativa na educação infantil deve ser compreendida como ação intersetorial voltada à identificação de crianças fora da escola, preservando o direito de escolha da família quanto à matrícula em creche e mobilizando, de forma articulada, educação, assistência social, saúde e sistema de garantia de direitos.

B. O levantamento da demanda por creche constitui atribuição das unidades escolares,

que devem organizar os registros locais de procura por vagas, cabendo aos órgãos centrais consolidar os dados após a manifestação formal das famílias.

C. As campanhas anuais de comunicação devem enfatizar a matrícula na educação infantil como etapa obrigatória desde a creche, orientando as famílias sobre a necessidade de ingresso escolar a partir dos primeiros anos de vida.

D. A expansão do atendimento em creche deve observar critérios de planejamento territorial e capacidade instalada da rede, conferindo tratamento uniforme à demanda, sem adoção de critérios diferenciados de vulnerabilidade social, raça, renda ou deficiência.

E. A ampliação do acesso à educação infantil relaciona-se ao aumento de vagas e à organização da oferta, mantendo autonomia em relação às políticas de permanência, frequência e enfrentamento de situações que possam produzir evasão ou abandono.

03. De acordo com as metas do PNE 2026/2036 relativas ao acesso, à trajetória escolar e à conclusão na idade regular no ensino fundamental e no ensino médio, assinale a alternativa CORRETA:

A. A universalização do acesso à escola para a população de 6 a 17 anos constitui meta a ser alcançada até o terceiro ano de vigência do PNE, articulando ingresso, permanência e enfrentamento das desigualdades que incidem sobre a trajetória escolar.

B. A conclusão do 9º ano do ensino fundamental na idade regular deve alcançar patamar intermediário de atendimento, admitida a manutenção de fluxos escolares desiguais quando vinculados a fatores territoriais, sociais, étnico-raciais ou à deficiência.

C. A conclusão do ensino médio na idade regular deve atingir 95% dos estudantes até o quinto ano de vigência do PNE, em razão da prioridade conferida à etapa final da educação básica como condição de acesso à educação superior.

D. O acompanhamento pedagógico individualizado, no âmbito das metas de acesso e trajetória, dirige-se ao ensino médio, dada

a maior incidência de abandono nessa etapa, ficando as transições internas do ensino fundamental subordinadas às ações gerais de correção de fluxo.

E. A busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola deve ser organizada pelos sistemas de ensino como procedimento de gestão de matrículas, com centralidade nos registros escolares e nos mecanismos administrativos de controle de frequência.

04. No que se refere à educação integral em tempo integral, à luz das metas e estratégias do PNE 2026/2036, assinale a alternativa CORRETA:

A. A educação integral em tempo integral caracteriza-se pela ampliação da jornada escolar para 6 horas diárias ou 30 horas semanais, preferencialmente em turno único, associando atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de acompanhamento escolar.

B. A expansão da educação integral em tempo integral deve alcançar, ao final do decênio, 50% das escolas públicas e 35% dos estudantes da educação básica, tomando como referência a ampliação gradual da oferta e a reorganização da infraestrutura escolar.

C. A educação integral em tempo integral pressupõe jornada escolar igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais, preferencialmente em turno único, articulada à formação integral dos estudantes e à integração de diferentes dimensões do desenvolvimento humano.

D. A organização curricular da educação integral em tempo integral deve conferir prevalência às aprendizagens cognitivas mensuráveis, reservando as dimensões artística, cultural, esportiva, científica, ambiental e cidadã a atividades complementares de adesão facultativa pelas redes.

E. O monitoramento da educação integral em tempo integral deve apoiar-se nos registros administrativos produzidos pelas redes de ensino, de modo a aferir expansão de vagas, frequência e permanência, dispensada a construção de indicadores específicos para acompanhamento da política.

05. Considerando a conectividade, a educação digital e a integração pedagógica das tecnologias digitais da informação e comunicação às políticas educacionais previstas no PNE 2026/2036, assinale a alternativa CORRETA:

A. A universalização da conectividade de alta velocidade adequada ao uso pedagógico nas escolas públicas da educação básica deve ser alcançada até o quinto ano de vigência do PNE, articulando infraestrutura, acesso qualificado e condições institucionais para o desenvolvimento de práticas educacionais mediadas por tecnologias.

B. A educação digital, no âmbito do PNE, restringe-se à incorporação de recursos tecnológicos às atividades escolares, cabendo às redes definir, conforme suas prioridades locais, se pensamento computacional, mundo digital e cultura digital serão tratados como dimensões curriculares.

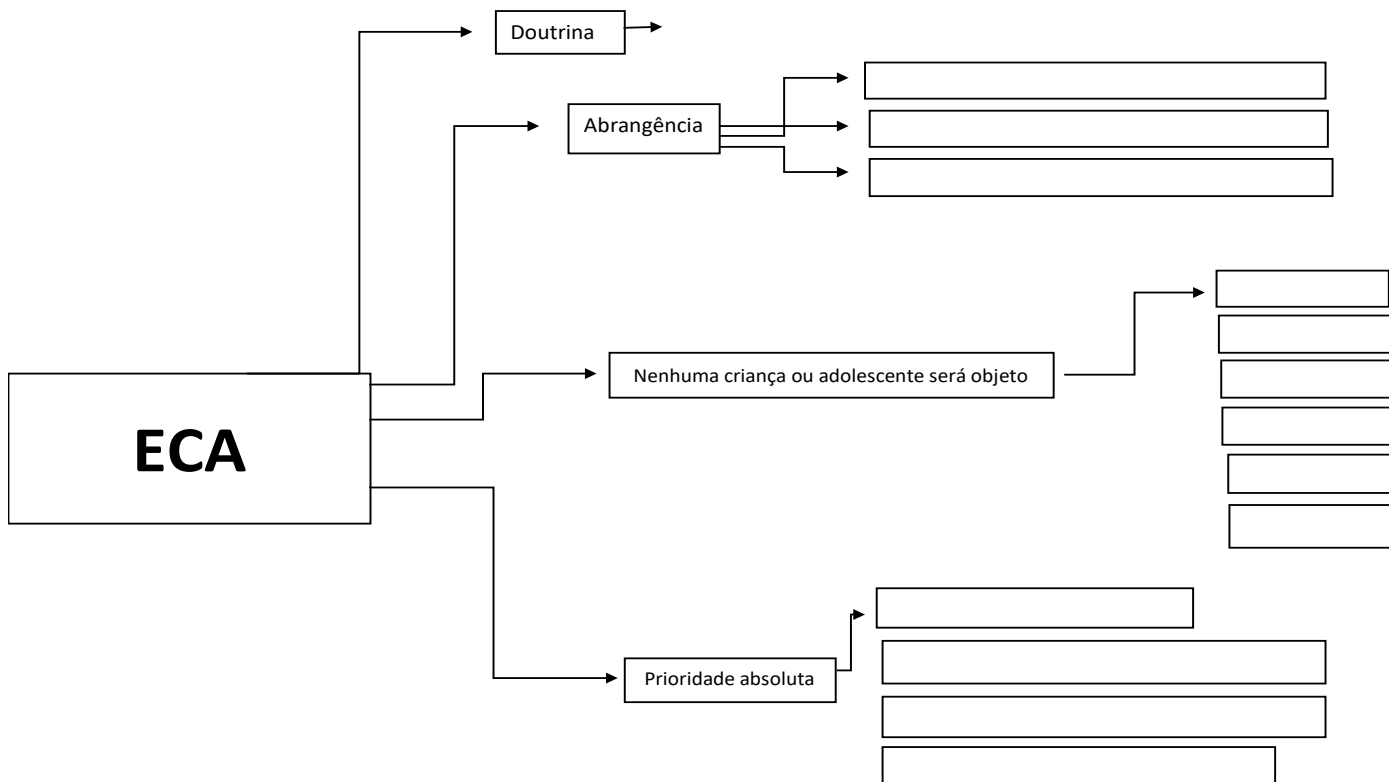
C. A atualização da BNCC, ao incorporar temas relacionados à inteligência artificial, deve privilegiar competências voltadas à automação, ao domínio operacional de ferramentas digitais e à produtividade escolar, mantendo em plano secundário a discussão sobre uso crítico, ético e saudável das TDICs.

D. As diretrizes nacionais relativas às plataformas educacionais digitais e ao uso de inteligência artificial devem ser elaboradas no âmbito de cada rede estadual de ensino, de modo a preservar a autonomia federativa na definição de critérios de segurança, proteção de dados, transparência algorítmica e finalidade pedagógica.

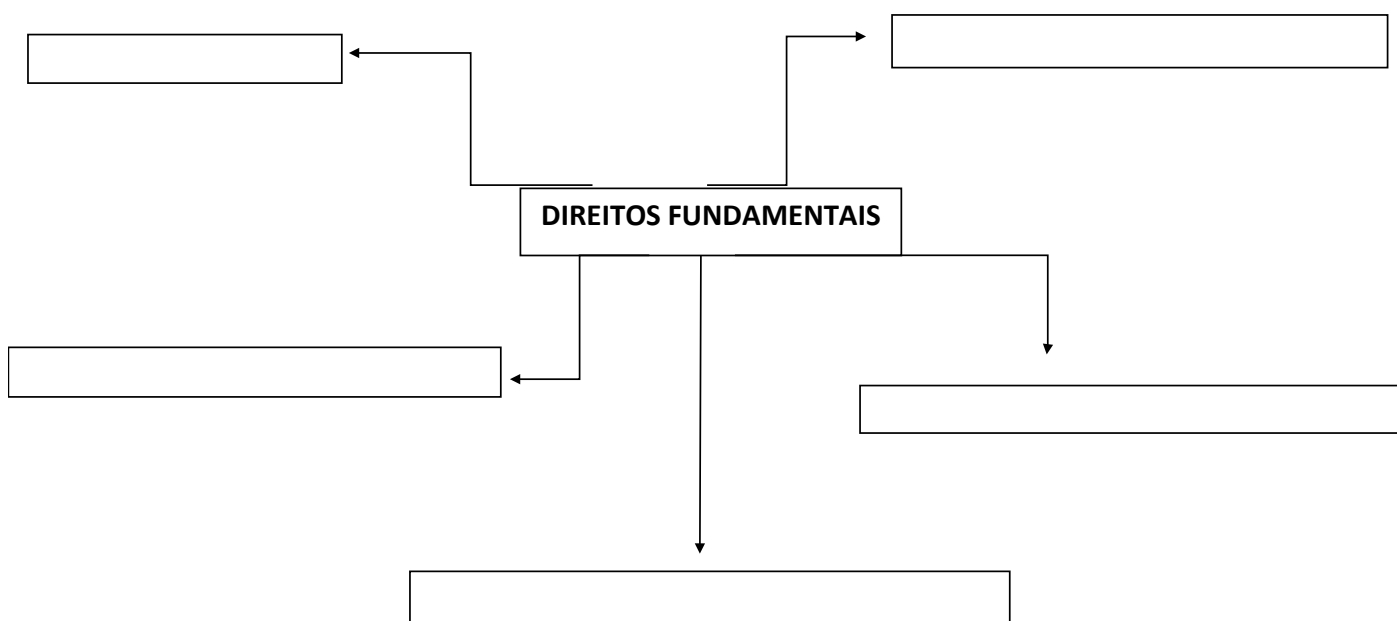
E. A política de inclusão digital educacional deve concentrar-se na aquisição e distribuição de dispositivos tecnológicos aos estudantes e profissionais da educação, ficando a conectividade, a infraestrutura e a formação para uso pedagógico das TDICs subordinadas à disponibilidade orçamentária de cada sistema.

15/07 - ECA - SUZELE VELOSO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES



DIREITOS FUNDAMENTAIS



Dos Direitos Fundamentais Do Direito à Vida e à Saúde

Do Direito à Vida e à Saúde

A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

- Período gestacional:

Obrigações dos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares:

Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão _____

As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão _____

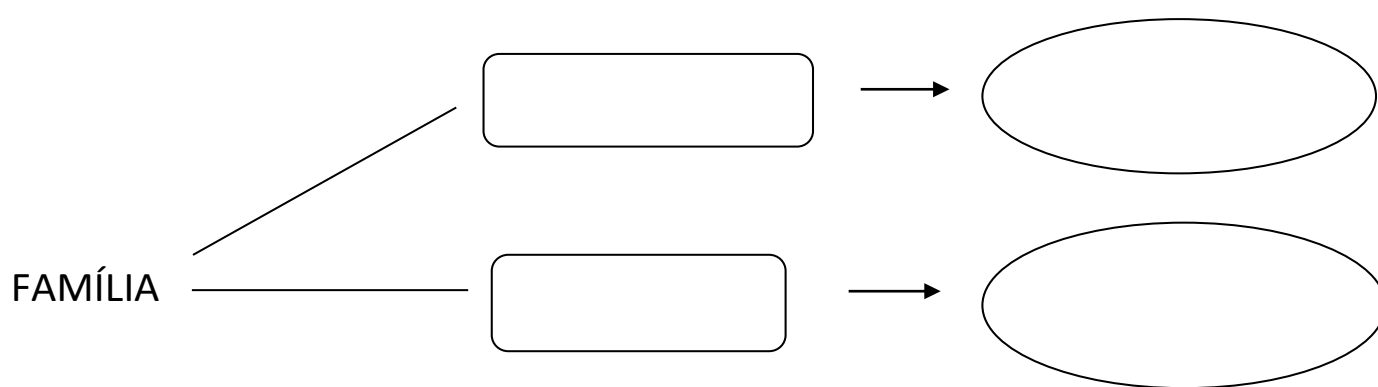
Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

O direito à liberdade

O direito ao respeito

O direito à dignidade:

Direito à convivência familiar e comunitária (Art. 19 a 52)



No tocante ao direito à convivência familiar e comunitária a regra é _____.
_____. TODAVIA, em determinadas situações, mediante ordem
judicial ou excepcionalmente por meio do _____ é possível o _____
_____ e sua inclusão em programa de _____.

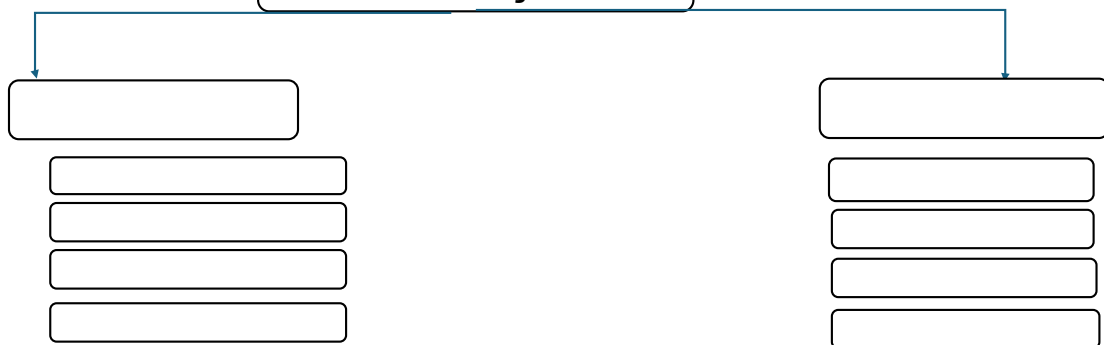
	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	ACOLHIMENTO FAMILIAR
Conceito		
Prazo de reavaliação		
Prazo máximo de permanência		

Ao analisar a situação da criança ou adolescente afastado de sua família e incluído nos programas, o juiz poderá determinar _____ ou _____.

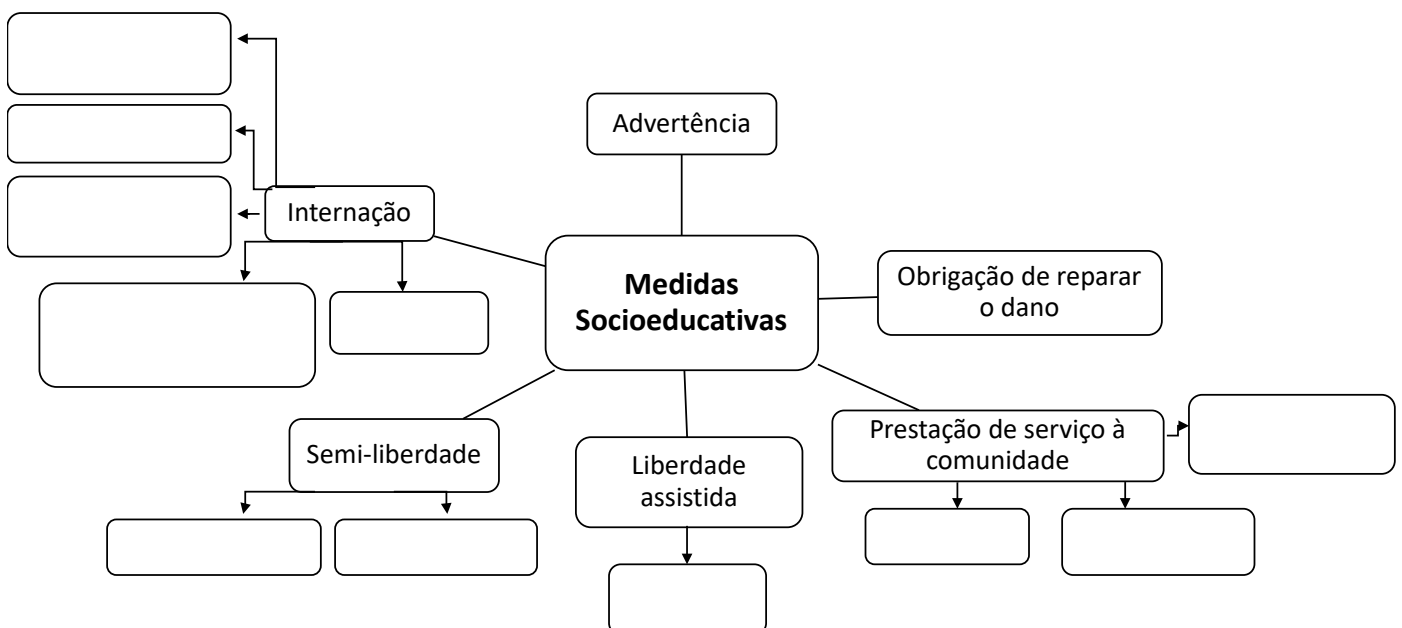
FAMÍLIA SUBSTITUTA

GUARDA	TUTELA	ADOÇÃO

EDUCAÇÃO



MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS



(Quadrix - 2023 - Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás - GO - Assistente Social)

A fim de garantir o acesso de grupos sociais historicamente alijados a direitos, as chamadas leis inclusivas e integracionistas preveem desde dispositivos mais gerais (que, sem mencionar qualquer segmento da população, dão clara garantia de direito, benefício ou serviço a todas as pessoas, sem distinção) até dispositivos em separado, que se destinam a populações com condições mais específicas.

01. Considerando a Lei n.º 8.069/1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa CORRETA:

A. A mãe somente poderá manifestar interesse em entregar seu filho para a adoção após o nascimento da criança. Ela, então, deverá ser encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude, onde será atendida por equipe interprofissional, e, obrigatoriamente, pela autoridade judiciária, à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado.

B. O Poder Público deve proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, nos períodos pré e pós-natal, com exceção das gestantes/mães que se encontrem em cumprimento de pena privativa de liberdade.

C. É dever do Estado assegurar a todas as crianças e a todos os adolescentes o ensino fundamental, gratuito e obrigatório, mesmo para os que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade adequada.

D. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos. Esse direito é, contudo, limitado, a depender do estágio de desenvolvimento da criança ou do adolescente. Por exemplo, podem ser restringidos o direito a dar opinião, o direito de participar da vida familiar e o direito de buscar auxílio, levando-se em consideração a segurança e a capacidade da criança em determinadas fases do desenvolvimento.

E. Ao educarem as crianças e os adolescentes, seus pais, outros familiares ou seus respon-

sáveis não poderão fazer uso de castigos físicos ou psicológicos, mas os agentes públicos executores de medidas socioeducativas, sim.

02. Segundo a Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 pode-se afirmar quanto à Adoção de Crianças e Adolescentes, EXCETO:

A. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

B. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.

C. Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

D. A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.

E. Em se tratando de adotando menor de doze anos de idade, será também necessário o seu consentimento.

Marília, de 3 anos, foi acolhida no Programa de Família Acolhedora pelo Conselho Tutelar, após ser encontrada sozinha em casa, pois seus responsáveis haviam ido a um baile dois dias antes.

03. Sobre o caso, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa CORRETA:

A. Marília não pode ser colocada em Família Acolhedora antes de ser destituída de poder familiar.

B. O Conselho Tutelar não pode acolher crianças ou adolescentes.

C. Marília pode permanecer acolhida, no máximo, por 24 meses, segundo dispõe a lei.

D. A criança deverá ter sua situação processual reavaliada pelo juiz, no máximo, a cada três meses.

E. A criança deve ser imediatamente destituída do poder familiar, diante da situação de abandono.

04. Sobre Direito à Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes é

INCORRETO afirmar:

A. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

B. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta.

C. A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção.

D. Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.

E. Será restrita a convivência da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional e, se possível, serão mantidas em unidades de acolhimento separadas.

05. A respeito das medidas socioeducativas previstas nos artigos 112 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente, leia as assertivas a seguir:

I. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima, podendo substituir a coisa por outra adequada.

II. A prestação de serviços comunitários con-

siste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

III. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de doze meses, podendo, a qualquer tempo, ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o Ministério Público e o defensor.

IV. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, mediante autorização judicial, sendo obrigatórias a escolarização e a profissionalização.

V. A internação constitui medida privativa da liberdade, que só poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, e não poderá exceder a dois anos.

VI. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público, peticionar diretamente a qualquer autoridade, corresponder-se com seus familiares e amigos, receber escolarização e profissionalização, realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.

É INCORRETO o que se afirma apenas em:

A. IV, V e VI.

B. I, IV e V.

C. II, III e IV.

D. I, II e III.

E. III, IV e V.

16/07 - EDUCAÇÃO ESPECIAL – DECRETO Nº 12.686 - GUILHERME A.

O Decreto nº 12.686/2025 estrutura a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva a partir de princípios que dialogam com a Constituição Federal, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão e a LDB. Sob essa perspectiva, a educação especial deixa de ser compreendida como um conjunto isolado de serviços especializados e passa a integrar uma concepção sistêmica de educação inclusiva, cuja efetividade depende da articulação entre acessibilidade, participação e aprendizagem.

01. Assinale a alternativa CORRETA:

A. O Decreto estabelece que a transversalidade da educação especial alcança prioritariamente a educação básica, facultando aos sistemas de ensino superior disciplinar autonomamente políticas de inclusão sem vinculação aos princípios nacionais.

B. O Decreto estabelece que a educação especial poderá constituir modalidade alternativa de escolarização sempre que avaliações pedagógicas demonstrarem desempenho acadêmico inferior ao esperado, atribuindo aos sistemas de ensino autonomia para reorganizar a matrícula dos estudantes conforme critérios predominantemente técnico-administrativos.

C. O Decreto admite que a efetivação da educação inclusiva depende prioritariamente da expansão das instituições especializadas conveniadas, compreendendo a matrícula em classes comuns como estratégia complementar a ser implementada de acordo com a disponibilidade dos sistemas educacionais.

D. O Decreto compreende que a educação especial deve priorizar intervenções voltadas ao desenvolvimento clínico e terapêutico dos estudantes, articulando posteriormente os processos de escolarização quando houver consolidação das habilidades adaptativas necessárias.

E. O Decreto reconhece que a educação especial deve ser organizada como modalidade transversal, destinada à eliminação de barreiras

ras e à oferta de recursos, serviços e estratégias de acessibilidade que favoreçam o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes público da educação especial, preservando a escolarização em classes comuns como referência da política educacional inclusiva.

Os objetivos previstos no Decreto nº 12.686/2025 revelam uma compreensão ampliada da educação inclusiva, na qual a garantia de direitos ultrapassa a oferta de vagas escolares e envolve ações permanentes relacionadas à formação dos profissionais, à acessibilidade, à inovação pedagógica e ao fortalecimento da cooperação entre os entes federativos.

02. Assinale a alternativa CORRETA:

A. Entre os objetivos da Política Nacional está a ampliação progressiva dos serviços especializados substitutivos à escolarização comum para estudantes cuja avaliação funcional indique elevado grau de comprometimento.

B. Os objetivos da Política concentram-se prioritariamente na expansão física das salas de recursos multifuncionais, considerando as demais ações dependentes de regulamentação posterior dos sistemas estaduais.

C. O Decreto contempla objetivos relacionados ao fortalecimento da educação inclusiva mediante formação continuada dos profissionais da educação, desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, promoção da acessibilidade, cooperação federativa, produção e disseminação de conhecimentos e aperfeiçoamento das redes de apoio aos estudantes.

D. Entre os objetivos da Política destaca-se a padronização nacional dos currículos destinados aos estudantes público da educação especial, buscando uniformizar metodologias pedagógicas e critérios avaliativos em todas as redes de ensino.

E. O Decreto estabelece como objetivo principal a reorganização administrativa das instituições especializadas privadas para integração aos sistemas estaduais de ensino.

No âmbito do Decreto nº 12.686/2025, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui importante mecanismo de efetivação do direito à educação inclusiva. Sua compreensão demanda distinguir sua natureza pedagógica de outras formas de atendimento voltadas às áreas clínica, terapêutica ou assistencial.

03. Assinale a alternativa CORRETA:

A. O Atendimento Educacional Especializado caracteriza-se como serviço educacional destinado à identificação, elaboração, organização e disponibilização de recursos pedagógicos, recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, estratégias e serviços capazes de favorecer a participação e a aprendizagem dos estudantes, articulando-se permanentemente com o ensino comum.

B. O Atendimento Educacional Especializado possui natureza híbrida entre educação e saúde, podendo substituir o currículo escolar comum sempre que houver recomendação multiprofissional.

C. O AEE destina-se prioritariamente ao desenvolvimento de intervenções clínicas voltadas ao fortalecimento das funções executivas e da autonomia funcional dos estudantes.

D. O Decreto estabelece que o AEE poderá substituir temporariamente a frequência à classe comum durante o período de adaptação escolar do estudante.

E. O AEE passa a integrar o conjunto de serviços facultativos oferecidos pelos sistemas de ensino, condicionando sua implementação à disponibilidade financeira de cada ente federativo.

Ao disciplinar o Atendimento Educacional Especializado, o Decreto nº 12.686/2025 atribui papel estratégico ao professor do AEE, cuja atuação ultrapassa a realização de atendimentos individuais e envolve ações de planejamento, articulação institucional e apoio à construção de práticas pedagógicas inclusivas.

04. Assinale a alternativa CORRETA:

A. O professor do AEE exerce função predominantemente voltada à substituição do trabalho pedagógico desenvolvido pelos

docentes da classe comum quando identificadas dificuldades persistentes de aprendizagem.

B. O professor do AEE atua de forma articulada com os professores da classe comum, participa do planejamento educacional, identifica barreiras à aprendizagem, organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, acompanha o desenvolvimento dos estudantes e contribui para a implementação de estratégias inclusivas no contexto escolar.

C. O professor do AEE possui atribuição principal relacionada à emissão de laudos pedagógicos destinados à definição da modalidade de escolarização dos estudantes.

D. O Decreto estabelece que o professor do AEE desempenha prioritariamente atividades administrativas relacionadas ao cadastramento dos estudantes público da educação especial nos sistemas nacionais de informação.

E. O professor do AEE responde pela avaliação classificatória dos estudantes público da educação especial, podendo definir critérios avaliativos distintos dos adotados pela escola.

O Decreto nº 12.686/2025 diferencia claramente a atuação do professor do Atendimento Educacional Especializado daquela desempenhada pelo profissional de apoio escolar. Essa distinção busca evitar sobreposição de funções e preservar tanto a natureza pedagógica do AEE quanto o papel do apoio à autonomia e à participação dos estudantes.

05. Assinale a alternativa CORRETA:

A. O profissional de apoio escolar exerce função pedagógica equivalente à do professor do AEE, podendo elaborar adaptações curriculares, conduzir avaliações da aprendizagem e ministrar conteúdos escolares de forma independente.

B. O profissional de apoio escolar possui competência para decidir, em conjunto com a equipe gestora, acerca da flexibilização curricular e da promoção escolar dos estudantes acompanhados.

C. O Decreto estabelece que o profissional

de apoio escolar poderá assumir a regência da turma durante ausências do professor da classe comum quando houver estudante público da educação especial matriculado.

D. O profissional de apoio escolar atua na assistência às necessidades relacionadas à alimentação, higiene, locomoção, comunicação e demais atividades indispensáveis à participação do estudante na vida escolar, sem substituir as atribuições pedagógicas dos professores ou do Atendimento Educacional Especializado.

E. O Decreto atribui ao profissional de apoio escolar responsabilidade pela elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado e pela definição das tecnologias assistivas utilizadas pelos estudantes.

17/07 - EDUCAÇÃO DISTÂNCIA – DECRETO Nº 12.686 - FERNANDO SOUSA

(Ano: 2026 Banca: IFMG Órgão: IFMG Prova: IFMG - 2026 - IFMG - Pedagogo)

O DECRETO Nº 12.456, DE 19 DE MAIO DE 2025, dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

01. Sobre tal Decreto é CORRETO afirmar que:

A. Os cursos de graduação semipresenciais deverão ofertar 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total do curso por meio de atividades presenciais; e 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso em atividades presenciais ou síncronas mediadas.

B. Em cursos de graduação a distância, torna-se necessário que pelo menos 20% da carga horária total do curso seja por meio de atividades presenciais.

C. O disposto no DECRETO Nº 12.456, DE 19 DE MAIO DE 2025 para os cursos de graduação presencial se aplica inclusive ao curso de graduação em Medicina, para o qual será estabelecido, por meio de ato do Ministro de Estado da Educação, percentual de no máximo 70% (setenta por cento) para a oferta de atividades presenciais.

D. Os cursos de graduação presencial de-

verão ofertar, no mínimo, 70% (setenta por cento) de sua carga horária total por meio de atividades presenciais.

E. A inclusão de carga horária de ensino a distância nos cursos de graduação presencial poderá ser realizada por meio de atividades síncronas e assíncronas, e deverá estar prevista no Projeto Pedagógico do Curso, atender às Diretrizes Curriculares Nacionais e ser comunicada de forma explícita aos estudantes, vedado exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total do curso.

(Ano: 2026 Banca: VUNESP Órgão: UNIFESP Prova: VUNESP - 2026 - UNIFESP - Técnico em Assuntos Educacionais)

Uma instituição de Ensino Superior (IES) decidiu ampliar seu escopo de atuação e abrir novos cursos de licenciatura na modalidade de educação a distância (EaD).

02. Com base no Decreto no 12.456/2025 (que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de Educação Superior em cursos de graduação) atualmente vigente, a decisão da IES é:

A. equivocada, pois cursos de licenciatura devem ser, obrigatoriamente, 100% presenciais.

B. equivocada, pois é vedada a oferta de cursos de licenciatura a distância.

C. acertada, pois atende ao incentivo de democratização do acesso às licenciaturas.

D. acertada, desde que o curso seja composto por, no máximo, 50% de atividades síncronas.

E. acertada, desde que haja mediação por tutor ou docente em, no mínimo, 50% das atividades.

(Ano: 2025 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: UFABC Prova: INSTITUTO AOCP - 2025 - UFABC - Técnico em Assuntos Educacionais - Letras)

03. De acordo com o Decreto Federal nº 12.456/2025, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência CORRETA:

1. Educação a distância.
2. Atividade síncrona.
3. Atividade síncrona mediada.
4. Atividade assíncrona.

() Atividade de educação a distância na qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares e tempos diversos.

() Atividade formativa realizada com a participação do estudante e do docente ou de outro responsável pela atividade formativa em lugar e tempo coincidentes.

() Atividade de educação a distância realizada com recursos de áudio e vídeo, na qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares diversos e tempo coincidente.

() Processo de ensino e aprendizagem, síncrono ou assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, no qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares ou tempos diversos.

- A. 4 – 2 – 3 – 1.
- B. 1 – 3 – 4 – 2
- C. 3 – 4 – 2 – 1.
- D. 2 – 1 – 3 – 4.
- E. 4 – 1 – 2 – 3.

(Ano: 2025 Banca: IF-MT Órgão: IF-MT Provas: IF-MT - 2025 - IF-MT - Assistente em Administração)

O Decreto nº 12.456/2025 e a Portaria MEC nº 378/2025, integrando o Novo Marco Re-

gulatório da Educação a Distância no Brasil, introduziram regras específicas para os cursos de licenciatura.

04. De acordo com essa regulamentação, os cursos de formação de professores na modalidade EaD:

A. Podem ser oferecidos com até 70% da carga horária a distância, desde que opcionais para os alunos.

B. Devem ter no mínimo 50% da carga horária presencial, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

C. Estão autorizados a oferecer 30% de presencialidade e 20% em atividades síncronas mediadas, sem necessidade de estágio.

D. Não precisam de atividades presenciais, pois a mediação tecnológica substitui as práticas formativas.

E. Podem excluir avaliações presenciais, adotando somente provas on-line.

(Ano: 2026 Banca: FURB Órgão: FURB - SC Prova: FURB - 2026 - FURB - SC - Assessor Pedagógico)

A publicação do Decreto n.º 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação à distância por instituições de educação superior em cursos de graduação, recoloca na agenda das assessorias pedagógicas universitárias questões centrais sobre currículo, qualidade e regulação. Uma universidade que já oferta cursos presenciais de licenciatura recebe proposta de seu núcleo de EaD para converter duas licenciaturas para o formato à distância e expandir a oferta de polos. A assessoria pedagógica é convocada para emitir parecer técnico-pedagógico sobre a proposta.

05. Assinale a alternativa que apresenta a orientação CORRETA:

A. O Decreto n.º 12.456/2025 equipara integralmente os requisitos de qualidade, avaliação e regulação dos cursos à distância aos cursos presenciais, razão pela qual a assessoria pedagógica não precisa considerar especificidades pedagógicas do formato EaD na análise dos PPCs das licenciaturas a serem convertidas.

B. A expansão de polos de educação à dis-

tância não requer análise do PPC nem do PDI institucional, uma vez que o Decreto n.º 12.456/2025 transfere integralmente à mantenedora a competência decisória sobre a abertura de novas unidades, dispensando manifestação dos órgãos colegiados acadêmicos.

C. A conversão de licenciaturas presenciais para o formato à distância é vedada pelo Decreto n.º 12.456/2025, que restringe a oferta de EaD em nível superior aos cursos de bacharelado e de formação tecnológica, preservando a integração teoria-prática exigida nas licenciaturas.

D. A oferta de licenciaturas à distância é automaticamente autorizada pelo credenciamento institucional para EaD, dispensando processo específico de autorização ou reconhecimento junto ao MEC, desde que a instituição comprove infraestrutura tecnológica adequada e carga horária total equivalente à do curso presencial.

E. A decisão de converter licenciaturas presenciais para o formato à distância ou de expandir polos não se resume à providência administrativa, exigindo análise das implicações sobre o perfil do egresso, a integração teoria-prática, a inserção progressiva nos contextos escolares e a coerência com o PDI e o PPC, articulada às exigências regulatórias do Decreto n.º 12.456/2025.

OS PEDAGÓGICOS
cursos e concursos

Maratona de atualizações 2026

   OSPEDAGOGICOS